

ITINERÁRIOS OU PROVIDÊNCIAS?

Luiz Philip Fávero Gasparete*

RESUMO: O texto analisa comparativamente o percurso de duas referências no campo dos estudos literários: Roberto Acízelo de Souza e Antonio Candido. Inicialmente, o trabalho discute o itinerário proposto pelo primeiro autor para os postulantes à carreira de pesquisador em literatura. Depois, o artigo relaciona ambas as trajetórias com concepções a respeito da crítica literária. Por fim, o texto procura examinar as ideias concebidas pelos intelectuais a partir de discursos ideológicos.

Palavras-chave: Estudos literários. Formação. Crítica. Ideologias.

Breves comentários sobre um itinerário

À primeira vista, duas abordagens possíveis se impõem a partir da leitura das notas de Roberto Acízelo de Souza em “A formação do pesquisador em Literatura”. De um lado, os pressupostos podem ser debatidos em função de sua lógica interna e de sua efetividade. De outro, podem ser inseridos numa presumível concepção sobre a atividade crítica e comparados às bases de outras concepções. No primeiro caso, propicia-se a discussão a respeito dos prognósticos relativos à carreira dos pesquisadores, voltada para correções e contestações ao modelo apresentado. No segundo, privilegia-se o diagnóstico a propósito da relação entre as etapas do processo formativo de uma postura metodológica e sua posição numa certa tradição de pensadores da cultura.

Interrogadas de um ponto de vista próximo do caminho mais factível e concreto, as apostas de Souza (2011) favorecem a originalidade das reflexões individuais e a independência intelectual dos estudantes. Entretanto, além de um testemunho sobre a trajetória pessoal do autor, o “itinerário” proposto, que soa impraticável diante das condições sociais e econômicas dos pesquisadores brasileiros, revela uma subordinação problemática da literatura a outros saberes e das manifestações culturais brasileiras aos protótipos ocidentais. Essa tensão entre elogio da autonomia na esfera dos indivíduos e dependência na esfera epistemológica, que subjaz ao texto e que não chega a ser frontalmente atacada, indica as qualidades e limitações das teses defendidas.

Em seu esquema programático, Souza (2011) propõe que o especialista em literatura deve possuir um conhecimento sólido sobre a linguagem, objeto de trabalho crucial dos escritores, bem como sobre a língua portuguesa, no caso do estudo da produção nacional. Somado a isso, são recomendados o aprendizado de outras línguas estrangeiras, como o inglês e o espanhol, e a assimilação de noções sobre o latim e o grego. Paralelamente ao campo das letras, cuja sustentação se divide entre a Filologia, a Linguística e a Teoria da Literatura como disciplinas basilares, Souza (2011) afirma que os aspirantes precisariam também da relativa compreensão de conceitos da Filosofia e do necessário trânsito por outras áreas das Ciências Humanas – História, Sociologia, Psicanálise e Antropologia.

No que concerne às sugestões mais abrangentes que não se limitam aos estudos literários, a proposição ressalta a importância de o pesquisador expressar suas ideias a partir de uma escrita primorosa e apurada. Paralelamente, a metodologia adquirida garantiria a credibilidade científica indispensável tanto à fase da elaboração dos argumentos quanto à da divulgação dos resultados. Na visão de Souza (2011), a despeito dos entraves reais impostos

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pós-graduando em Teoria Psicanalítica: Clínica e Cultura na UniAcademia, Juiz de Fora. Licenciado em Letras Português: Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: luizphilipfg@gmail.com

pelas condições da educação no Brasil, estratégias e ferramentas como essas auxiliariam os aprendizes a forjar percursos notáveis que romperiam com os artificialismos das tendências universitárias, a superfluidade das convenções acadêmicas e o particularismo das hipóteses, dilemas comuns numa época de profissionalização da pesquisa.

A síntese acima mostra que, no artigo em análise, os conhecimentos descritos como capitais para o entendimento da literatura nacional, além de excessivos para os padrões locais de instrução e escolarização, são integralmente submetidos às matrizes ocidentais. No caso das línguas, o paradigma eleito por Souza (2011) exclui sistemas que, por sua presença na cultura brasileira, ensejam um tipo de releitura fundamental para os estudos literários contemporâneos, particularmente orientados para o relevo das influências indígenas e africanas na tradição literária. Isso pode ser comprovado em diferentes interpretações a respeito da poesia de Gregório de Matos. Na de José Miguel Wisnik (2010), por exemplo, observa-se a contraditória tentativa de “‘tupinizar’ sonoramente a língua portuguesa pelo uso de toponímicos indígenas e pela sobrecarga de monossílabos e oxítonas”. Na de Risério (2012), num sentido diverso, mas análogo, destaca-se o emprego de termos bantos que remontam a religiões africanas.

Outro detalhe discutível nas formulações de Souza (2011) é a indicação para que os estudantes adquiram princípios introdutórios a distintas áreas do saber, como a Filosofia e as Ciências Humanas. A rigor, o problema não é a aquisição em si ou mesmo o provável reducionismo que resulta desse tipo de instrumentalização, mas um efeito recorrente na crítica: a mera aplicação de conceitos dessas disciplinas afins a poemas ou textos ficcionais. O termo dessa operação é a sujeição subserviente da literatura a preceitos supostamente consolidados e inquestionáveis. Na prática, o que ocorre, no entanto, é que alguns dos ensaios mais marcantes sobre a produção literária nacional acarretaram também revelações inauditas a outros ramos do conhecimento. A título de ilustração, “Dialética da malandragem”, célebre ensaio de Antonio Candido (1993) sobre *Memórias de um sargento de milícias*, e *Um mestre na periferia do capitalismo*, estudo de Roberto Schwarz (2012) sobre Machado de Assis, são, além de estudos seminais em torno de obras clássicas, revisões contundentes de percepções históricas oriundas da sociologia e da economia. No limite, seria desejável que as próprias referências conceituais se tornassem objeto da visão crítica dos aspirantes à pesquisa em literatura ou que, ao menos, a literatura se tornasse fonte de questionamento dos consensos estabelecidos e incorporados à investigação.

Se o projeto esboçado por Souza (2011) tem como finalidade a liberdade de pensamento dos intelectuais em formação, o que se insinua em momentos pontuais como as advertências finais, o reconhecimento das raízes antes estigmatizadas e da viabilidade de efetivos diálogos interdisciplinares é oportuno. O acréscimo dessas opções, mais do que um apêndice a um roteiro obrigatório já demasiadamente exaustivo, deveria representar uma alternativa epistêmica à manifestação de concepções singulares.

Etapas como providências

Pensadas numa chave mais ampla, a despeito da concatenação dos pensamentos e da possibilidade de aplicação dos requisitos, as opiniões de Souza (2011) permitem entrever outras questões consideráveis. Uma delas, indicada anteriormente, consiste no posicionamento teórico e intelectual que resulta do itinerário recomposto e oferecido aos interlocutores. Em outras palavras, as condições prescritas podem ser entendidas como bases ou valores de uma concepção sobre os estudos literários que, entretanto, não se explicita e subjaz a um aparente plano imparcial. É interessante, desse modo, não só precisar a pertinência das teses, mas classificar a natureza dos temas apresentados e identificar a ausência de outros igualmente válidos.

Chama a atenção, com efeito, o não comparecimento de tópicos que, além de notórios, são complementares àqueles sublinhados e extremamente valorizados. Apesar da variedade de princípios ligados ao processo de instrução do estudante, pouco se diz sobre as características dos resultados esperados de uma pesquisa que siga os postulados ou sobre os critérios empregados para avaliar as diferentes especulações, sobretudo quando calcadas em percursos similares. Não obstante a multiplicidade de conhecimentos exigidos, como é o caso das disciplinas afins, a argumentação tampouco se preocupa em diferenciar as utilidades dessas referências ou em qualificar as variantes desse emprego, dado já apontado acima. Embora ressalte a obrigatoriedade de saberes que concernem à realidade extraliterária, a exposição não evidencia quais as articulações viáveis e exemplares entre criação artística e quadro social. Ainda que as diferentes tradições intelectuais sejam mostradas como um componente incontornável, não se hierarquizam as alternativas de diálogo com os antecessores. Mesmo que sejam incluídas no programa, as linhas que compõem o panorama da reflexão brasileira sobre a literatura não se singularizam, nas dicas enunciadas, em meio à produção internacional.

A esse mosaico de itens ausentes pode ser acrescentada, obviamente, uma lista interminável de problemáticas conforme a orientação e a predisposição de quem julga. De qualquer forma, duas conclusões são independentes do ponto de vista adotado. No esquema de Souza (2011), o fator predominante são as apreciadas referências a que o pesquisador deve recorrer, em detrimento dos plausíveis tipos de trabalho com essas teorias e de elaborações forjadas em publicações, comunicações, artigos, teses, livros, etc. Somado a isso, no itinerário traçado, a contraparte da autonomia no plano individual e do engendramento de ideias originais é o reconhecimento das formulações dos predecessores dentro de uma universalidade múltipla, indistinta e difusa. Organizando o raciocínio dessa maneira, é mais fácil analisar comparativamente o texto de Souza (2011) tomando como base outra trajetória notável.

É em termos próximos aos mencionados que, em “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”, Paulo Arantes (1997) comenta a jornada de Antonio Candido. Cabe constatar que, enquanto Souza (2011) expressa abertamente a ideia de que seus próprios passos serviriam, em tese, a qualquer estudante, a transposição das condições de uma carreira específica a um postulante genérico não se configura como uma pauta central para Arantes (1997). Entretanto, a articulação entre as esferas se mostra sutilmente dissimulada pelo filósofo desde o título, cuja ambiguidade irônica só não acomete a situação periférica hipoteticamente incorporada por qualquer reflexão crítica produzida em território nacional. Convém perceber também que a recomposição do itinerário de Antonio Candido se baseia pouco em seus relatos, ao passo que, em Souza (2011), a narrativa e as instruções não concedem espaço à teorização ou à exemplificação de medidas abstratas em função de exercícios interpretativos práticos.

Diferente da tentativa, aqui veiculada, de flagrar uma concepção sobre os estudos literários a partir de um programa observado, Arantes (1997) extrai, justamente de textos críticos e de ensaios teóricos, um provável rumo tomado por Antonio Candido. Trata-se, portanto, de um ordenamento retrospectivo das etapas percorridas apoiado nos conceitos criados, nas leituras concebidas e nas sistematizações idealizadas. De modo que as meditações sobre a formação da literatura brasileira, sobre o método de Sílvio Romero, sobre a excepcionalidade de Machado de Assis, entre outras matérias com ressonâncias profundas, revelam elementos cruciais para a compreensão da constituição do intelectual. Diga-se de passagem, não é absurdo imaginar que, caso fosse convidado a fazer algo análogo, Candido assumisse tom e postura discordantes - fato, aliás, sugerido numa ocasião ao filósofo.

Arantes (1997) defende que a ideia de conformação do pensamento individual, em Antonio Candido, é indissociável das conjecturas sobre a estruturação da literatura brasileira e, num sentido mais amplo, do delineamento da nação. De acordo com o filósofo, no cenário em que o crítico concebeu algumas de suas teses que se tornariam mais célebres, a polêmica da formação perpassava a ensaística que procurava explicar o caso brasileiro levando em conta as

evidências do contexto social e a ausência de linhas evolutivas que amparasse os respectivos modelos de abordagem. É o que se impõe de imediato em obras da década de 50 como *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, *Formação do patronato político brasileiro*, de Raimundo Faoro, e que remete a estudos seminais dos anos 30 – *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda.

Desse panorama, permaneceriam na produção do autor um experimento básico, a formalização de esquemas interpretativos, e uma percepção controversa, a tensão entre os sistemas literários estáveis e os entraves materiais da sociedade, pano de fundo definido pela indiferenciação dos grupos. Das fontes de *Formação da literatura brasileira*, Antonio Candido herdaria, sobretudo dos românticos, certo alinhamento com a proposta de construção nacional, absorvida com distanciamento dada a consciência da manutenção da dependência colonial, e, principalmente dos árcades, o sentimento disseminado de artificialismo das ideias. Por fim, dos procedimentos utilizados no arranjo do livro, restaria o achado segundo o qual as unidades passíveis de sistematização sucedem do tratamento analítico dado a estágios aparentemente dissociados tanto no que diz respeito ao tempo quanto à estética.

A propósito dos traços decisivos de *O método crítico de Sílvio Romero*, tese apresentada inicialmente na década de 40, Arantes (1997) identifica algumas marcas e continuidades pertinentes nas investigações de Antonio Candido. De saída, foram os escritos consultados para o trabalho que deflagraram um problema que se perpetuaria nas indagações do ainda jovem estudioso: a falta de seriação nas ideias ou, de outra perspectiva, as produções avulsas numa sociedade sistemicamente atrasada. Sílvio Romero, portanto, teria se deparado previamente com o impasse que se acentuaria na geração de Antonio Candido, para a qual a busca de uma vida cultural orgânica ia de encontro ao frágil encadeamento das classes e do povo. No entanto, se tal perplexidade levava aquele crítico e seus contemporâneos a recorrer ao elogio da malformação e do cosmopolitismo ou à exigência do empenho ético e político da parte dos literatos, coube a este considerar precisamente tal dilema o ponto fundamental da análise literária. Não obstante a ruptura, uma estratégia foi devidamente transmitida de um nome a outro: a sustentação dos argumentos condicionada muito pouco pela via da teorização ou da citação de referências – fenômeno que Arantes (1997) chama de “entrada na teoria pela porta dos fundos”.

O terceiro exercício analítico que teria repercutido significativamente em Antonio Candido, na visão filósofo, foram aqueles em torno da importância e da singularidade de Machado de Assis. Isso se deve ao fato de que o romancista operou, consolidada a sua obra, uma redistribuição da tradição nacional cujo efeito mais caro ao intelectual é a independência em relação aos modelos europeus. A explicação essencial para essa consequência está associada ao vínculo estabelecido pelo artista com seus predecessores, cujas descobertas, em seus potenciais e vicissitudes, soube fixar e sublimar. Isto é, Antonio Candido percebe e admira em Machado de Assis a capacidade de, em circunstâncias absolutamente adversas, aprender sobretudo com as falhas de estruturação dos precursores, manejadas e reordenadas na renovação do romance empreendida. De tal maneira que o autor é posicionado como marco de um modelo construtivo, já que, ao priorizar o rearranjo dos empecilhos à formalização encontrados pela intelectualidade brasileira, consolidou uma fase definitiva no processo de formação da literatura do país. Em certos momentos de suas especulações, o crítico também designou essas eventualidades ao falar de questões como a acumulação literária ou a causalidade interna.

De acordo com essas experiências capitais, Arantes (1997) tenta traçar uma espécie de itinerário percorrido e implicitamente chancelado por Antonio Candido. Porém, ao invés de requisitos básicos a serem manipulados livremente, o filósofo prefere categorizar as etapas como providências necessárias à atividade crítica que se paute pelo senso das condições sociais locais e da conjuntura da ordem mundial. Nos seguintes termos poderiam ser sintetizados esses

ideais providenciais: a independência alcançada pelo viés cumulativo, entendida como premissa para o estabelecimento de um sistema de proposições e como regra para se diferenciar dos padrões estrangeiros; a seleção dos problemas em sua feição local, pensada como ensejo tanto para uma reflexão renovada sobre as especificidades da realidade circundante quanto para a universalização dos resultados e conclusões; a articulação entre configuração estética e processo social, preceito menos ligado à restrição dos conhecimentos extraliterários do que à indicação de uma correlação profícua entre estrutura artística estável e entraves na conformação da sociedade; prevenção do ímpeto teorizante, ou seja, inclinação para o ensaísmo e para a interpretação como tradução de certa aversão à aplicação excessiva de teorias e como maneira de prezar as compreensões precedentes; e, por fim, a formação da rotina, momento primordial da disseminação das ideias que passa, necessariamente, pela canalização para as instituições.

Aceitas essas simplificações, mostra-se viável um cotejo conclusivo dos programas endossados por Roberto Acízelo de Souza e por Antonio Candido, bem como das respectivas concepções sobre os estudos literários. Guiado pelo ideal da independência pessoal, Souza (2011) concentra suas sugestões no campo dos quesitos que serviriam como ponto de partida para a instrução, como garantia da consistência dos avanços posteriores, universais por seu embasamento diversificado, e como antídoto contra o convencionalismo profissional, efeito colateral de um desejável estabelecimento do ofício. Guiadas, por sua vez, pelo paradigma da formação nacional, as deliberações de Candido convergem para o campo dos métodos e da configuração estilística dos trabalhos, precauções em nome da superação dos embargos reais e estéticos, da contundência das pesquisas, globais desde que coerentemente particularistas, e da criação de um sistema de ideias, que deriva inevitavelmente da institucionalização.

O aspecto ideológico

Há ainda uma terceira possibilidade de abordagem dos percursos analisados, paralela à simples verificação dos argumentos ou à tentativa de aproximação dos estágios formativos descritos às percepções sobre as pesquisas literárias, sobre a própria literatura. De ordem mais abstrata e naturalmente mais controversa, esta opção se inscreve no âmbito das associações entre as perspectivas adotadas por autores e discursos ideológicos que os transcendem. Não obstante os empecilhos facilmente imagináveis desse tipo de associação, tal alternativa oferece dois caminhos contraditórios de leitura que, inclusive, dificultam a consumação do debate e favorecem, em contrapartida, a proliferação de polêmicas. Em resumo, conceitos e obras podem ser relacionados a posturas ideológicas defendidas por seus autores e, devido ao eventual contexto de produção que os cerca e que os influencia, a noções ideologicamente distantes e por vezes rechaçadas.

Arantes (1997) tangencia o problema ao mencionar determinados comentários feitos, na década de 70, por Alfredo Bosi sobre o panorama geral das formulações de Antonio Candido. De acordo com o autor, o juízo de Bosi se inclinava para a impressão de que, em seu projeto de suplantação do subdesenvolvimento por meio do rigor científico, da liberdade de expressão e do planejamento das instituições, as providências de Candido guardariam certo teor iluminista, orientação pouco simpática aos pensadores da época. Isso seria o equivalente a afirmar, em chave acusatória, que o objetivo da *formação* era atingir, no limite, um modelo tipicamente europeu. Além disso, destaca-se, na refutação questionada por Arantes (1997), a insinuação de que a tendência crítico-liberal, letrada e cosmopolita correspondia a uma negação intencional do projeto nacional-popular - em tese, deslocamento compartilhado pela geração de uspianos da qual o crítico é um dos principais representantes. O filósofo contrapõe a essa apreciação categórica a evidência de que Antonio Candido chegou a pregar um igualitarismo que não desprezasse os obstáculos herdados do passado colonial, uma ultrapassagem do atraso pelo fortalecimento da causalidade interna, e uma socialização ou democratização do conhecimento

que não recaísse em populismo, colocada em prática na coletânea *Na sala de aula*. A rigor, é como se a oposição entre liberalismo artificial e nacionalismo populista não fosse capaz de reproduzir as particularidades do pensamento em exame.

A esse propósito, uma observação de passagem dará a medida do desencontro: tendo encarecido um dos polos da equação, Bosi acabou perdendo de vista o verdadeiro problema de Antonio Candido, tantas vezes enfatizado por nosso Autor, justamente esse balanço de localismo e cosmopolitismo que nos momentos de equilíbrio define etapas de acumulação. E pelo visto a fortuna crítica de Antonio Candido continuará oscilando entre esses dois extremos sem perdão, ora acusado de nacionalista, ora de eurocêntrico. (ARANTES, 1997, p. 51)

Sem recorrer a essa dicotomia, Marcos Nobre inclui a obra de Antonio Candido numa revisão, conforme critérios estritamente ideológicos, de certa tradição intelectual do país. Para este filósofo, com efeito, nacional-populismo e liberalismo não são linhas de raciocínio satisfatórias para enquadrar e captar as nuances de *Formação da literatura brasileira* em sua dimensão ideológica. Na verdade, transcorreria uma terceira doutrina, se assim é possível dizer, pelas interpretações exemplares do caso brasileiro engendradas no século XX, sobretudo entre a década de 30 e a de 60, cujos impactos, entretanto, ainda se fariam sentir até os anos 90.

Em “Depois da ‘formação’ – cultura e política da nova modernização”, Nobre (2012) aponta que, acordo de elites, a Primeira República escancarou a falta de comprometimento com a realização de um projeto nacional ao negar cidadania a grupos que reivindicavam inclusão efetiva, como os indígenas, escravizados e imigrantes, e ao não conduzir um desenvolvimento autônomo, sustentado por um mercado interno de relevo. Em resposta, os anos 30 originaram uma proposta de modernização e modernidade, chamada de “nacional-desenvolvimentismo”, cuja aspiração principal era a “emergência da nação em sentido autêntico” em função do combate ao “arcaísmo”. É exatamente tal compreensão que perpassaria as análises que se sucedem, nas quais a oposição entre o “arcaico” e o “moderno” assume um lugar proeminente.

Publicados já no final dos anos 50 e, portanto, após um período de vigência do paradigma, os livros célebres de Celso Furtado e Antonio Candido esboçariam certo aprimoramento do debate e da antítese entre as categorias adotadas. Assim, são recolocados “os problemas em termos de um vínculo interno entre ‘nacional-desenvolvimentismo’ e ‘democracia’, entre modernização e justiça social” (NOBRE, 2012). Ao privilegiar a lenta cristalização de instituições como o “sistema literário” e o “mercado interno”, os intelectuais buscariam tendências de continuidade dos avanços estabelecidos, o que resultaria na aparência de positividade e progressividade das reflexões. A suspensão dessa feição corresponde ao golpe militar de 1964, a partir do qual, suprimido o intervalo democrático, o aspecto modernizante foi incorporado pelas forças autoritárias e os diagnósticos foram permeados por uma negatividade momentaneamente negligenciada. Situada num enclave temporal, portanto, parte seminal da produção de Antonio Candido seria caracterizada por uma materialização peculiar da convicção nacional-desenvolvimentista que, a despeito das mudanças conjunturais e das alternâncias metodológicas, deixaria marcas substanciais nos escritos posteriores e nas supostas providências. Parece lícito imaginar, aliás, que julgamentos como o de Alfredo Bosi se aproveitem dessa particularidade elementar.

Avaliação curiosa desse quadro se expõe na descrição feita por Christian Lynch (2013) em artigo com título sugestivo: “Por que *pensamento* e não *teoria*? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970)”. Nesse artigo, os ditos intérpretes são aproximados de autores que refletiram sobre a política, de maneira que se compõe um panorama ainda mais amplo da intelectualidade do país. No que diz respeito a divisões geracionais, Lynch (2013) também percebe uma clivagem significativa por volta da década de 30, quando ocorreu a passagem do estado “pensamento brasileiro sob o signo do

cosmopolitismo periférico” ao estatuto “pensamento brasileiro sob o signo do nacionalismo periférico”. Em outras palavras, se, na primeira fase, o “produto intelectual periférico estava simplesmente à margem da civilização”, na segunda, ele passa a ser integrado e reconhecido numa ordem mundial, ainda que por vezes com valor inferior (LYNCH, 2013, p. 747-748). É o que se designa como *inserção subalterna*. Ao explorar as diferentes vertentes que configuram tal momento nacionalista, todavia, o autor chega a conclusões divergentes em relação às de Nobre (2012).

Lynch (2013) subdivide as meditações do período entre 1930 e 1970 em função das instituições que, com suas doutrinas predominantes, agruparam os variados pensadores da cultura local. O Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) ficaria marcado por um “autonomismo de tintas conservadoras” e pela constatação fatal de certa inferioridade, cujo desdobramento foi a propensão do grupo a criar *ideias* ao invés de *teorias*. Por sua vez, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) teria se orientado por um nacionalismo crítico e, especialmente na figura de Guerreiro Ramos, pela crença na superação do atraso apoiada nas contribuições dos antecessores e favorecida por fenômenos decisivos dos anos 50, como a industrialização, a urbanização e a acomodação do mercado interno. Por fim, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) seria lembrada por seu flagrante cosmopolitismo universalista e pela patente inclinação marxista, justificados e fortalecidos pela vinculação entre patriotismo e autoritarismo.

Evidentemente, Antonio Candido é alocado no último círculo e apresentado como típico adepto da convicção segundo a qual os produtos culturais locais eram subalternos em comparação aos dos países cêntricos. Em suma, novamente a obra do crítico é subordinada a uma hipotética aversão ao nacionalismo. Dois pontos, porém, chamam a atenção nessa redução. Precipitadamente, Lynch (2013, p. 755) baseia seu veredito num famigerado trecho de *Formação da literatura brasileira* em que “nossa literatura” é retratada como “pobre e fraca”, como “galho secundário da portuguesa”, sem se atentar para notáveis originalidades do próprio livro. Somado a isso, é interessante que as qualidades que levam Lynch (2013) a considerar Guerreira Ramos um caso relevante do pensamento nacional-desenvolvimentista sejam expressivamente semelhantes àquelas destacadas por Arantes (1997) a propósito do percurso de Antonio Candido – acumulação interna, estudo dos antecessores, etc. Em última instância, isso ampara a classificação de Nobre (2012).

De resto, localizar o itinerário de Roberto Acízelo de Souza nessa discussão seria uma tarefa excessivamente delicada já que seu programa se mostra alheio, em grande medida, a esses problemas e à relação direta do pesquisador com o plano político. Talvez o grau de abstração e suposição atingisse um nível pouco consistente. Por outro lado, a proximidade temporal do contexto em que se inserem as indicações tornaria mais imprecisa a articulação, dado o constante dissenso sobre as linhas ideológicas que pautam a cena pública contemporânea. De qualquer forma, registre-se o ataque feito nas últimas palavras do texto, intrigante se comparado com o tom do restante da exposição e, inclusive, da própria frase em que se encontra: “No mais, [o pesquisador da literatura] tem uma ideia clara da sua disciplina, não morre de amores por congressos, acolhe o novo com interesse crítico, serve à sua instituição e resiste ao produtivismo neoliberal, e assim procura ir vivendo e ser feliz” (SOUZA, 2011, p. 336).

ITINERARIES OR PROVIDENCES?

ABSTRACT: The text comparatively analyses the path of two references of the literary studies: Roberto Acízelo de Souza and Antonio Candido. Initially, the work discusses the itinerary proposed by the first author for applicants for a career as literature researcher. Then, the article connects both trajectories with conceptions about literary criticism. Finally, the text examines the ideas conceived by the intellectuals from ideological discourses.

Keywords: Literary studies. Formation. Criticism. Ideologies.

Referências

ARANTES, Paulo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otilia; ARANTES, Paulo. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido*, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: _____. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993. p. 19-54.

LYNCH, Christian. Por que *pensamento* e não *teoria*?: a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-777, out./dez. 2013.

NOBRE, Marcos. Depois da “formação” – cultura e política da nova modernização. *Piauí*, 2012. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/depois-da-formacao/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

RISÉRIO, Antonio. Palavras, palavras, palavras. In: _____. *A utopia brasileira e os movimentos negros*. São Paulo: 34, 2012. p. 251-276.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2012.

SOUZA, Roberto Acízelo de. A formação do pesquisador em Literatura: proposição de um itinerário. *Moara*, Belém, n. 35, p. 319-340, jan./jun. 2011.

WISNIK, José Miguel. Prefácio. In: MATOS, Gregório de. *Poemas escolhidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 17-37.

Data de submissão: 30/09/2020.

Data de aceite: 13/11/2020.